

A volta das invasões

Os chamados invasores da Telebrasília — pessoas que ocuparam um terreno da empresa estatal e lá construíram seus barracos — farão hoje uma manifestação diante do Palácio do Buriti com o objetivo de pressionar o Governo do Distrito Federal para que revogue o ultimato para que a área seja desocupada e faça uma nova distribuição de lotes. De sua parte, as autoridades, que chegaram a divulgar uma nota na qual denunciavam a existência de uma “indústria da invasão” e estabelecendo (na terça-feira) um prazo de 72 horas para a demolição dos barracos, atenuam agora sua posição afirmando que o grupo será removido gradualmente.

O Jornal de Brasília vem acompanhando o problema com objetividade, como demonstram as reportagens publicadas nos últimos dias. Uma serena avaliação dos fatos leva-nos a constatar, antes de mais nada, que o problema da falta de moradia para a população carente é real, e que seu recrudescimento, alguns meses após a implantação de Samambaia e de outros assentamentos, é uma consequência do déficit habitacional agravado pela crise econômica. Neste contexto, é natural que uma parcela da população, composta pelos mais despossuídos, trate de se instalar precariamente em terrenos alheios e a pressionar o governo para que tome providências com o objetivo de auxiliá-la.

O reconhecimento da existência do drama social representado pelas favelas

e invasões não deve, contudo, conduzir a sociedade e o Estado a atitudes ingênuas. Tanto nas distribuições de lotes anteriores como agora, no caso do “acampamento da Telebrasília”, é fácil demonstrar a presença de aproveitadores ou, no mínimo, de pessoas que não são tão desamparadas quanto querem parecer. Recentemente foram constatados casos de venda de lotes intransferíveis, de algumas irregularidades em sua distribuição e, no caso presente, este jornal publicou, em sua edição de quarta-feira, fotografias de “invasores” com automóveis de modelos recentes. Tais pessoas sequer se prestaram a dar alguma informação sobre sua situação material.

Ao recuar em sua decisão de dar um ultimato às pessoas que invadiram o terreno da Telebrasília (mais de 300 barracos foram construídos desde o início do ano), o GDF age corretamente na medida em que é preciso apurar as reais condições de vida das pessoas que lá se instalaram, inclusive verificar se efetivamente têm direito aos lotes ou se é o caso de aproveitadores. Quanto a estes, não pode haver complacência. A população carente é grande, os recursos são escassos e seria social e politicamente um equívoco enorme transformar um programa de assentamentos, inegavelmente justo, num foco de especulação imobiliária às custas do erário público. É preciso viabilizar a moradia à população carente, mas sem permitir que indivíduos inescrupulosos sejam beneficiados indevidamente.